

## MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS RITUAIS FÚNEBRES NO INTERIOR DA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE EM TEMPOS EPIDÊMICOS (1854 – 1859).

*Laércio de Araújo Sousa Júnior*<sup>1</sup>

**Resumo:** Na Parahyba o contexto da epidemia do *cholera-morbus* (1855/1856) acelerou o processo de expulsão dos mortos do mundo dos vivos. A construção dos cemitérios foi desencadeada também pelas representações que os médicos faziam dos cadáveres como sendo uma das principais causas da doença. O trabalho tem por objetivo tentar entender como o processo de transformações nos rituais fúnebres se deu no interior da província paraibana. Ressaltando os impactos da epidemia do cólera-morbus nos rituais funerários. Para isso, foi realizada uma análise, através de procedimentos relacionais, tendo como recorte espacial a Villa do Pilar, a Villa de São João do Cariri, a Villa de Cuité e a povoação de Teixeira, entre os anos 1854 e 1859. Para compreender um pouco melhor como se morria em cada uma das localidades, situadas em espaços diferentes da mesma província, serão analisados, de modo interconectado, alguns obituários elaborados durante o recorte. Por meio dos registros de óbito é possível auferir a recepção dos sacramentos, a cor da mortalha, a encomendação da alma, o local onde o cadáver havia sido inumado e a causa da morte. Durante a análise será levada em conta as especificidades locais e as transformações, sem perder de vista as continuidades e permanências. Foi possível perceber que em tempos de peste, frequentemente os moribundos eram abandonados, e seus corpos eram empilhados e queimados, ou atirados sem cerimônias em covas coletivas, transgredindo assim, alguns rituais fúnebres próprios de uma *boa morte*. A *má morte* era predominante; com dezenas de pessoas morrendo todos os dias, não havia tempo para os cuidados e os preparos prescritos pelo cristianismo.

**Palavras-chave:** Cólera-morbo, Epidemia, Morte, Parahyba do Norte, Século XIX.

**Abstract:** In Parahyba, the context of the cholera-morbus epidemic (1855/1856) accelerated the process of expelling the dead from the world of the living. The construction of cemeteries was also triggered by the representations by physicians of corpses as one of the main causes of the disease. This paper aims to understand how this change in funeral rituals took place in the interior of the province of Paraíba through a comparative analysis at Villa do Pilar, the Villa de São João do Cariri, the Villa de Cuité and the village of Teixeira, between 1854 and 1859. Asking how people died in each of these localities in different spaces of the same province, some obituaries elaborated during this time will be compared. Addressing death records, it is possible to get information about the reception of the sacraments, the colour of the shroud, the commendation of the body, the burial place and the death cause. In doing so, local specificities and changes will be taken into account, without losing sight of continuities. It is possible to see that in plague times, the dying people were often abandoned, and their dead bodies were piled up and burned, or thrown unceremoniously into mass graves, thus transgressing some funeral rites proper to a good death. Bad death was prevalent; when dozens of people dying every day, there was no time for the care and preparation prescribed by Christianity.

**Keywords:** 19th century, Cholera, Death, Epidemic, Parahyba do Norte.

A década de 1850, assim como toda a segunda metade do século XIX, é considerada pela historiografia brasileira da morte como sendo um momento de transição nos costumes fúnebres, já que, novas e antigas práticas conviveram no mesmo contexto (REIS, 1991; RODRIGUES, 1997; PAGOTO, 2004; SIAL, 2005; RODRIGUES, 2005). Nas maiores cidades

---

<sup>1</sup> Mestrando em História no PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: laercioaraujojr@hotmail.com.

do Império, como a Corte do Rio de Janeiro; Salvador; Recife e São Paulo uma das principais mudanças nos rituais fúnebres é relacionada ao local de sepultamento dos mortos, que foi transferido das igrejas para os cemitérios extramuros, ou seja, fora do perímetro urbano. A criação de espaços exclusivamente destinados para a inumação dos mortos foi desencadeada por momentos de crise epidêmica.

Durante as epidemias de Febre Amarela (1849/1850) e do Cólera (1855/1856 e 1862), em nome da salubridade pública e do combate às doenças contagiosas, os médicos do Império aconselhavam e as autoridades políticas determinavam uma vigilância sobre os rituais fúnebres e os corpos dos mortos, que passaram a ser vistos por uma elite letrada como sendo uma das principais causas das epidemias. Além da teoria médica dos humores<sup>2</sup> e da teoria do contágio<sup>3</sup> também estava em voga nas faculdades de medicina do Brasil a teoria miasmática.

Os miasmas eram emanções nocivas, capazes de corromper o ar e atacar o corpo humano, tinham efeitos perniciosos, e somente o olfato poderia advertir sua presença. Era portanto, um veneno invisível, impalpável, que se propagava pelo ar. Para os médicos dos oitocentos, a principal causa das epidemias eram os vapores que os cadáveres em putrefação exalavam, já que o corpo morto em decomposição era o mais nocivo foco miasmático.

Para combater as doenças, dever-se-ia evitar os sepultamentos feitos em lugares considerados como sendo inadequados, como era o caso do interior das igrejas, por exemplo. Assim sendo, os espaços propensos à dispersão dos miasmas, teriam que ser removidos das povoações e instalados em lugares distantes da cidade, em um espaço com boa ventilação e árvores, para evitar ao máximo a propagação das substâncias consideradas como nocivas para a saúde.

Para além do local de enterramento, outras alterações nos rituais fúnebres foram observadas nos centros urbanos do país no período das crises epidêmicas, como é o caso da proibição dos sinos que anunciavam a morte dos fiéis, a proibição de encomendações nas igrejas, a obrigatoriedade do uso de caixões de madeira fechados para a condução dos corpos (MINISTÉRIO DO IMPÉRIO, Aviso nº10, 14/02/1850). Nas capitais de província onde havia mais pessoas vivendo em ambiente urbano, os impressos circulavam com mais abundância, o

---

<sup>2</sup> A teoria dos humores, em voga desde a antiguidade (o método hipocrático), percebia a doença como consequência da desarmonia em um dos quatro humores do corpo: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Para a cura, os adeptos da teoria recomendavam clisteres, purgantes, vomitórios, sangrias, bem como a aplicação de sanguessugas e ventosas (REZENDE, 2009, p. 43 – 52).

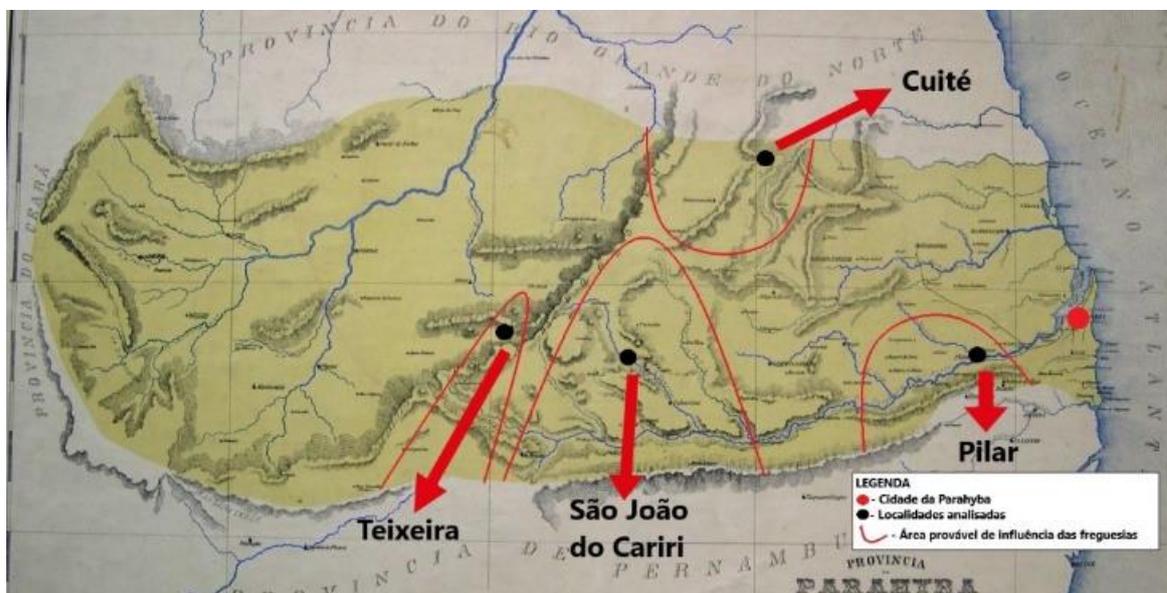
<sup>3</sup> A teoria do contágio defendia que a doença era disseminada através do contato direto com a pessoa acometida pela enfermidade, ou indiretamente por meio dos objetos, roupas, do ar e do espaço compartilhado com o doente. Os adeptos de tal teoria recomendavam a construção de lazaretos, a instituição de quarentenas e isolamento dos enfermos para evitar as epidemias (MARIANO, 2015).

DOSSIÊ CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS & VARIA

comércio era mais pujante e a ação do poder estatal era mais eficaz, a historiografia verifica diversas alterações nos costumes fúnebres e a criação de cemitérios públicos. Entretanto, algumas questões surgem: de que forma o contexto epidêmico impactou os rituais fúnebres no interior do Brasil? Com relação à Parahyba, durante a epidemia do *cholera-morbus* de 1856, por exemplo, é possível perceber diferenças de acordo com a localidade geográfica? Os rituais fúnebres são distintos em regiões diversas apenas em períodos epidêmicos?

Para tentar responder (pelo menos em parte) a tais perguntas, será realizada uma análise comparativa tendo como recorte espacial a Villa do Pilar, a Villa de São João do Cariri, a Villa de Cuité e a povoação de Teixeira, entre os anos 1854 e 1859.

**Mapa da Província da Parahyba**



Fonte: Esboço Corográfico da Província da Parahyba (1888), de E. Freitas e Manoel Henriques de Sá (litografia). Adaptado. In: Coleção Pimenta Bueno, Biblioteca Nacional (RJ).

O objetivo do artigo é tentar entender como o processo de transformações nos rituais fúnebres se deu no interior da província. Já que, a epidemia do cólera adentrou pela província, em 1856, através da comarca de São João do Cariri, no interior, e não pelos portos do litoral (PARAHYBA DO NORTE, Fala, 1856, p. 20). Em segundo lugar, de acordo com a historiografia local, o primeiro cemitério público da Parahyba foi fundado no interior, em 1855, na Vila de Piancó, no sertão, e não na Capital (PINTO, 1977, p. 237).

Há na historiografia local, principalmente a elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), certo privilégio dado aos eventos históricos ocorridos na Cidade da Parahyba, como era chamada a atual João Pessoa, em detrimento da história interiorana ou

“dos sertões”. Na historiografia relativa ao interior os autores se preocupam muito mais com o chamado “discurso fundador” das cidades de maior relevância política como Campina Grande, Patos, Areia e Souza (MARIANO, 2018, p. 33). Sendo assim, optou-se por analisar, por meio de procedimentos relacionais, quatro localidades do interior da província paraibana, que possuem características climáticas, políticas, econômicas, sociais e históricas diferentes. Serão levadas em conta as especificidades locais e as transformações, sem perder de vista as continuidades e permanências. Percebido enquanto um processo histórico entrelaçado, articulado, interconectado, que vai além das fronteiras físicas e administrativas. Servirá de referencial a história conectada, cujas noções essenciais são a reciprocidade e hibridização (ou mistura). Buscar-se-á portanto, entender como cada comunidade vive uma com a outra.

Para tanto, é necessário entender em primeiro lugar de que modo o cólera adentrou na Parahyba e atingiu de modo dispare as diferentes regiões. A seguir temos dois quadros, com a demonstração da população da Parahyba (1850) e da mortalidade ocasionada pela doença em 1856, nas freguesias analisadas.

**Quadro I – População das freguesias em 1850 de acordo com o Relatório da Presidência da Província da Parahyba.**

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas no Relatório apresentado a Assembleia

Condição/ Freguesia	População em 1850				
	Livre	%	Escrava	%	Total pop.
<b>Pilar</b>	3358	81,9%	740	18,1%	<b>4098</b>
<b>Cuité</b>	6299	96,1%	250	3,9%	<b>6549</b>
<b>São João do Cariri</b>	9455	86,1%	1529	13,9%	<b>10984</b>
<b>Patos<sup>4</sup></b>	4406	87%	660	13%	<b>5066</b>
<b>Total da Província</b>	180.479	86,4%	28.473	13,6%	<b>208.952</b>

Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da província, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851, Mappa s/n.

<sup>4</sup> O Mappa de 1851 não dispõe das informações para a localidade de Teixeira, que fazia parte da freguesia de Patos. O povoado foi elevado a freguesia em 1857, se tornando Vila em 1859. Não foi possível encontrar as estimativas populacionais disponíveis para a localidade nas décadas de 1850 e 1860, a única referência encontrada é de 1872, no Recenseamento Geral do Império.

**Quadro II** – Mortalidade ocasionada pelo Cholera-morbus de Janeiro a Julho de 1856 na Província da Parahyba de acordo com o Relatório da Presidência.

Condição/ Freguesia	Mortos em 1856 pelo <i>Cólera-morbo</i>				
	Livre	%	Escrava	%	Total óbitos
<b>Pilar</b>	1802	84%	342	16%	<b>2144</b>
<b>Cuité</b>	160	93,6%	11	6,4%	<b>171</b>
<b>São João do Cariri</b>	989	85,7%	165	14,3%	<b>1154</b>
<b>Patos<sup>5</sup></b>	13	100%	0	0%	<b>13</b>
<b>Total da Província</b>	22.368	88,1%	3.022	11,9%	<b>25.390</b>

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas na Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da Província o doutor Antônio da Costa Pinto Silva, em 5 de Agosto de 1856, Mappa s/n.

De acordo com Diniz (2011), a epidemia do cólera adentrou na Parahyba no final de 1855, vinda do interior de Pernambuco, chegando primeiro na freguesia de São João do Cariri, nas povoações de Zabelê e Alagoa do Monteiro; antes disso, havia causado mortes no Pará e em outras províncias. A doença chegou, em maio de 1855, ao porto de Belém por meio da galera portuguesa *Defensora*; em junho aportou na Bahia, no mês seguinte, a corte do Rio de Janeiro foi afetada.

A aparência dos coléricos era aterradora, já que os sinais da doença se confundiam com os da morte. Os pacientes tinham um semblante cadavérico, o corpo frio, a pele seca e arroxeada, os olhos fundos e azulados. “As pancadas do coração tornam-se fracas; a respiração é penosa”, além disso, “a pelle toma a côr roxa nos pés, mãos, e às vezes em alguns pontos do tronco; as extremidades, o nariz, a lingua, e até o hálito, ficam gelados; todo o resto do corpo esfria” (CHERNOVIZ, 1890, v.1, p. 580).

A mortalidade, durante a primeira epidemia do cólera, atingiu aproximadamente 12% da população da Província da Parahyba, conforme o **Quadro II**, número que deve ser considerado aproximativo. Comparando as informações foi possível auferir que na Província a mortalidade atingiu, de forma relativamente proporcional, os livres e os escravizados; sendo um pouco abaixo da média da freguesia em Pilar e acima em São João do Cariri e Cuité. Embora não seja possível ainda afirmar, existe a possibilidade de que muitos óbitos não fossem contabilizados nos registros, já que as estatísticas da época são pouco exatas e incompletas.

<sup>5</sup> O Mappa de 1856 não dispõe das informações para a localidade de Teixeira, que fazia parte da freguesia de Patos. O povoado foi elevado a freguesia em 1857, e as informações da mortalidade no lugar aparecem nos relatórios oficiais a partir do referido ano.

A contagem da população realizada em 1850 é bastante imprecisa. As próprias informações do Relatório do Presidente de Província são contraditórias com relação à população total. O somatório para os municípios, indicava pouco mais de 212.000 habitantes, com informações majoritariamente recebidas dos vigários. O mapa por freguesias, que foi usado no **Quadro I**, contém informações oferecidas pelos delegados e subdelegados das localidades, o que acarretou uma diferença de menos 4.000 indivíduos.

Em 1856, o presidente da Província, Antônio da Costa Pinto Silva<sup>6</sup>, após a epidemia, admitiu que as estatísticas populacionais da Parahyba eram imprecisas e estariam “muito longe da verdade”. Ele próprio estimou que a mortalidade naquele ano foi próxima das 30.000 vidas perdidas, sendo a população total de aproximadamente 300.000 almas. No mesmo relatório, Pinto Silva cita que com uma “licença do Exmo. Sr. Bispo”, ordenou aos vigários que construíssem cemitérios nos povoados. Porém, o estado não era “decente por falta de recursos pecuniários”. Em Piancó, Pombal, Catolé do Rocha, Patos, Alagoa Nova e Pilar, o presidente mandou “algumas quantias”, sem mencionar o valor, ele conclui afirmando que não lhe consta “qual é o estado em que se achão” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856, p. 38).

**Quadro III** – Mortalidade nas freguesias entre 1851 e 1862 de acordo com o Relatório da Presidência da Província da Parahyba.

Ano / Freguesia	1851	1854	1855	1856 <sup>7</sup>	Ano / Freguesia	1857	1860	1861	1862
<b>Pilar</b>	-	64	38	2144	<b>Pilar</b>	48	49	42	49
<b>Cuité</b>	-	-	104	171	<b>Cuité</b>	83	109	63	385
<b>São João do Cariri</b>	-	38	69	1154	<b>São João do Cariri</b>	104	60	42	110
<b>Patos<sup>8</sup></b>	77	128	71	13	<b>Teixeira</b>	-	40	58	58

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas nos relatórios de presidente de província dos anos de 1852, 1855, 1856, 1858, 1860, 1862 e 1863.

Embora nem sempre as informações fossem remetidas em sua totalidade, o quantitativo das mortes ocasionadas a cada ano era geralmente enviado pelos padres para as autoridades

<sup>6</sup> Antonio da Costa Pinto e Silva presidiu a Parahyba de novembro de 1855 até abril de 1857. Nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Direito em São Paulo. Tornou-se advogado e grande proprietário de terras no interior paulista. Foi deputado provincial pelo Rio de Janeiro e deputado geral por São Paulo em várias legislaturas. Presidiu, também, as províncias do Rio Grande do Sul (1868 - 1869), São Paulo (1870 - 1871) e Rio de Janeiro (1885 - 1886). Fonte: PIRACICABA, Câmara municipal. Biografia de Antonio da Costa Pinto e Silva, disponível em: <https://bit.ly/3ih78Y8>, acesso em: 02/08/21.

<sup>7</sup> Mortalidade ocasionada pelo cólera de janeiro a julho de 1856.

<sup>8</sup> A localidade de Teixeira fazia parte da freguesia de Patos. O povoado foi elevado à freguesia em 1857.

provinciais. Os vigários faziam um balanço dos óbitos, casamentos e batizados ocorridos em sua freguesia. Pôde ser verificado a partir das informações do **Quadro III** que o número de óbitos anuais aumenta consideravelmente no ano de 1856, auge da epidemia do cólera, principalmente nas freguesias de Pilar e São João do Cariri. Os números para o ano de 1856 só se referem aos óbitos causados pela doença, ocorridos entre janeiro e julho. Portanto, não aparecem as demais *causae mortiums*, por isso os óbitos da freguesia de Patos, da qual fazia parte a povoação de Teixeira, foram tão diminutos, registrando apenas 13 indivíduos.

Segundo o Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto e Silva, os meses mais mortais foram fevereiro, março e abril (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856, p. 24). Para a autoridade, os estragos do cólera foram “muito acima das forças da província”, a Parahyba “não estava preparada para receber tão terrível hospede” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856, p. 21).

No interior, em São João do Cariri, primeiro município a ser atingido, a epidemia chegou em dezembro de 1855. Mais de 260 pessoas adoeceram, das quais 80 vieram a falecer, ou seja, em um par de semanas morreu mais gente do que durante todo o resto do ano. A peste avançava, da Vila de São João, para Cabaceiras, Ingá e Pilar, localidades banhadas pelo rio Paraíba ou algum de seus afluentes. Naquele ano ocorreram grandes enchentes nos rios, os leitos estavam transbordando, inundando as várzeas, o que pode ter servido como um possível canal para a doença (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856).

Nas comarcas localizadas mais distante do litoral, no que hoje é conhecido como sertão paraibano, as mortes causadas pelo cólera foram muito baixas. Por exemplo, a Villa de Pombal, com população de aproximadamente 5.000 pessoas, registrou apenas 7 óbitos, enquanto em Patos o número foi de 13. Na freguesia de Catolé do Rocha, próxima da fronteira com o Rio Grande do Norte, que possuía aproximadamente 7.000 habitantes, não foi registrado nenhum falecimento causado pelo cólera. No município de Sousa, que fazia fronteira com o Ceará, cuja população era de cerca de 17.000 pessoas, em seu território “não apareceu caso algum de cholera”, isso de acordo com as informações repassadas pelos vigários (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1856, mappa S/N).

Se no alto sertão a epidemia não causou muitas mortes o contrário ocorreu em outras partes da Província. Os dois municípios mais atingidos foram Independência, no que hoje é chamada de região do Brejo<sup>9</sup>, onde faleceram mais de 4.500 pessoas, em uma população de

---

<sup>9</sup> Área agrícola, caracterizada pelas altitudes elevadas, chuvas regulares, clima ameno e fertilidade do solo, com grande população e influência política principalmente no final do século XIX e início do século XX, quando se destacou por sua produção cafeeira. Em meados do século XIX, era o “celeiro da Parahyba”, produzindo farinha

aproximadamente 13.000 e, em segundo lugar, Pilar, cuja cifra foi superior a 4.000 vidas perdidas. O município compreendia além da Villa de Pilar, a freguesia de Taipú e as povoações de Itabaiana, Canafístula, Gurinhém, Pedras de Fogo, entre outras. Para se ter uma ideia, somente em Gurinhém faleceram 818 pessoas e em Pedras de Fogo, fronteira com Pernambuco, morreram mais de 280 indivíduos.

Talvez um dos mais importantes vetores da doença fosse o Rio Paraíba, que dá nome à província. Segundo Ferreira Alexandre (2010), o agente patológico e os meios de transmissão da doença só foram descobertos na década de 1880, sendo causada pela ingestão de água e alimentos contaminados com a bactéria *Vibrio cholerae*. Portanto, as águas dos rios e poços eram os principais vetores da moléstia. O Paraíba nasce próximo da região que na época era chamada Alagoa do Monteiro, parte da freguesia de São João do Cariri. Até o século XIX, seu curso era navegável por meio de pequenas canoas que iam do litoral até a Villa de Pilar<sup>10</sup>; a partir da povoação o rio diminuía de volume, se tornando temporário a medida em que adentrava pela província (DE SAINT-ADOLPHE, 1845, v. 2, p. 309).

O rio irrigava plantações, passava por fazendas, engenhos, vilas e povoados; suas águas eram usadas também para o consumo, na alimentação, no asseio dos corpos, na lavagem das roupas, e provavelmente lixo, fezes, urina e outros tipos de dejetos também iam parar no Paraíba. Alguns de seus afluentes, como por exemplo o Rio Taperoá, que nasce em Teixeira, é um curso temporário que banhava a então Vila de São João do Cariri, cujas águas naquela região eram acessadas geralmente por meio de poços ou cacimbas, que captavam a água do subterrâneo para a superfície, já que o leito na maior parte do ano era seco.

São João do Cariri estava situada em um terreno elevado e pedregoso, na serra da Borborema. Distante 50 léguas da capital. A freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri de Fora, ou Cariri Velho, é uma das mais antigas da Parahyba, criada em 1750, localizada no chamado sertão do Cariri (MEDEIROS, 1950, p. 232). Na década de 1850 era uma vila diminuta, a maioria da população vivia na área rural, as principais construções eram a cadeia e a igreja matriz, “ambos mui arruinados”, ao final da década de 1850 tinha também um cemitério “em começo” (ROHAN, 1911, p. 346).

---

de mandioca, rapadura, algodão, cereais, polvilho e água ardente As principais cidades eram: Independência (atual Guarabira), Bananeiras, Areia e Alagoa Grande. (MEDEIROS, 1950; ALMEIDA, 1978; GALLIZA, 1979; FERNANDES, 2008).

<sup>10</sup> De acordo com a *Chorographia da Província da Parahyba do Norte*, manuscrita pelo presidente Henrique de Beaurepaire-Rohan, provavelmente no final da sua gestão em 1859, e publicada somente em 1911; a partir de Pilar, o rio Parahyba “fica totalmente esgotado nos mezes de secca” (ROHAN, Revista do IHGP, 1911, p. 321).

A vegetação predominante é a caatinga, o clima é semiárido, com baixo índice pluviométrico e chuvas irregulares. A principal atividade econômica era a criação de gado, o município possuía o segundo maior rebanho bovino da província, perdendo apenas para Sousa, no alto sertão (CAVALCANTE, 2015, p. 56 - 57). Além da vila de São João do Cariri, o município compreendia as povoações de Alagoa do Monteiro, Carahuba, Fundão, Pombas, São Thomé e Congo (ROHAN, 1911, p. 347).

É possível compreender um pouco melhor como se morria em São João do Cariri, e nas outras freguesias analisadas no recorte, através dos assentos de óbito. Tais documentos eram manuscritos pelos vigários das paróquias que registravam a data do óbito, o nome do falecido, sua idade, a cor da pele, a condição jurídica (escravo, livre, liberto), o local de moradia, o estado matrimonial, a recepção dos sacramentos, a cor da mortalha, a encomendação do corpo, o local onde o cadáver havia sido inumado e a causa da morte. No caso das crianças, ou párvulos (nomenclatura que aparece na documentação), aparecia também o nome dos pais e se era filho legítimo, natural ou exposto. No caso dos escravizados há também o nome do senhor e, em alguns casos, a origem. Serão analisados, de modo interconectado, alguns obituários elaborados entre 1854 e 1859, nas freguesias de São João do Cariri, Teixeira, Cuité e Pilar.

Um dos obituários é o de Anna Joaquina do Sacramento, branca e solteira, que faleceu aos 38 anos, em 04 de abril de 1854, sepultada na igreja matriz da vila de São João do Cariri, de “grades abaixo”<sup>11</sup> e recebeu “os sacramentos da Igreja”, foi encomendada e envolta em uma mortalha de cor branca (PNSM, freguesia de São João do Cariri, Livro de Óbito N° 2, 1854, p. 4).

No ano seguinte, 1855, no dia 8 de dezembro faleceu, vitimada por uma “moléstia interior” e sem os sacramentos, Lourença Maria do Carmo, parda, com idade de 35 anos e casada com Antônio do Monte Albuquerque. Lourença era moradora da freguesia de São João, residente provavelmente na povoação de Alagoa do Monteiro, onde foi sepultada no “semiterio da capela”. Assim como Anna Joaquina, foi encomendada e amortalhada em branco (PNSM, freguesia de São João do Cariri, Livro de Óbito N° 2, 1855, p. 25).

Os dois exemplos de registros são da mesma freguesia, o primeiro caso do ano de 1854 e o segundo de 1855. A primeira moribunda recebeu todos os sacramentos, a segunda não recebeu nenhum, e ambas foram amortalhadas em branco e encomendadas. A encomendação da alma era a entrega do espírito do morto para Deus. De acordo com as *constituições primeiras*, nenhum defunto

---

<sup>11</sup> O espaço “grades abaixo” ficava longe do altar principal da igreja e custava menos que o enterramento “grades acima”, ou seja, próximo do altar, das imagens dos santos e do sacário.

poderia ser enterrado sem primeiro ser encomendado (VIDE, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 287 – 291).

No ideal cristão da *boa morte*, o convalescente recebia sinais sobrenaturais, por meio dos quais sentia que era "chegada a hora". Em seguida, em seu leito o enfermo solicitava a presença de um religioso, pois demandava entrar em contato "último" e íntimo com Deus (RODRIGUES, 1997, p. 176). Era uma morte familiar e pública, os rituais eram comandados pelo moribundo, que em sua cama, estava rodeado por sua família, parentes, amigos, vizinhos e desconhecidos (ARIÈS, 2012, p. 218).

Para se ter uma *boa morte*, era imprescindível a presença de um padre para ministrar os sacramentos. O sacramento da extrema-unção, que consistia em unguir óleo consagrado sob os cinco órgãos do sentido, deveria ser acompanhado pela confissão dos pecados, penitência e a eucaristia. Apesar de nem todos receberem os sacramentos, tais ritos visavam a consolação e o alívio da alma do enfermo, o que o ajudaria a resistir contra as tentações dos demônios.

Antônio Francisco Fidelis, foi um desses indivíduos que recebeu os sacramentos antes de falecer; ele morreu em 25 de março de 1854, vitimado por “uma dor”. Ele foi sepultado de “grades abaixo” na capela de Araruna, que na época era um povoado da freguesia de Cuité, que estava sob a responsabilidade do vigário Manoel Jacome Bezerra Cavalcante. O corpo de Antônio foi envolto em hábito branco, e ele era casado com Maria Thereza da Conceição. Além de ser sepultado foi também encomendado, pelo reverendo José Paulino de Borba Grillo<sup>12</sup>, que provavelmente recebeu uma licença do vigário de Cuité para poder realizar o ofício (PNSM, freguesia de Cuité, Livro de Óbito N° 1, 1854, p. 93).

Em Teixeira, no sertão, foi sepultada a parda Damiana, escrava de Josefa Dantas, moradora na Carnariba, freguesia de Patos. Ela faleceu, segundo o assento de óbito, de “velhice”, aos 92 anos de idade, em 05 de Setembro de 1858. Sendo sepultada de “grades abaixo” e envolto em hábito branco. Recebeu o sacramento da penitência, ou seja, não lhe foi possível receber os outros sacramentos. Foi encomendada pelo padre José Geminiano Pereira Régis (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito N° 1, 1858, p. 111).

No ano anterior, recebeu “os santos sacramentos” a “adulta” Maria. Ela era parda, tinha 15 anos e morreu de uma inflamação no estômago, em 13 de maio de 1857. Era filha legítima de Eugenio de Souza Cavalcante e Maria das Dores, moradores no sítio Tauilha, na freguesia de

---

<sup>12</sup> José Paulino de Borba Grillo, foi deputado pela província do Rio Grande do Norte no biênio 1848/1849. A partir de meados da década de 1850 até os anos 1870, foi vigário da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Bananeiras, na Parahyba. Faleceu em 1879 (O LIBERAL PERNAMBUCANO, 22/03/1856, p. 1; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10/08/1873, p. 2; GAZETA DE NOTÍCIAS; 24/04/1879, p.3).

Santa Maria Magdalena de Teixeira, no sertão. Seu corpo foi sepultado na igreja matriz da povoação de Teixeira, “de grades abaixo”, e encomendado pelo padre Vicente Xavier de Farias (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito Nº 1, 1857, p. 102).

Antes e depois de receber os sacramentos era comum que os familiares e amigos próximos do doente “fizessem quarto”, ou seja, permanecessem junto à cama do moribundo para o auxiliar em caso de necessidade. Se o convalescente demorasse para morrer e estivesse sentindo que sua hora estava próxima, apelava-se para o profissional da morte, o exortador<sup>13</sup>, que abria os caminhos para o além, ajudando na passagem para o outro mundo e abreviando a duração da aflição do enfermo.<sup>14</sup>

Segundo Oscar de Castro, no sertão da Província da Parahyba havia um exortador “que sabia ajudar a morrer” chamado Pindoba e outro de nome Antônio Bracinho. “Com alta voz, palavras lentas, com certa entonação fúnebre” cantava ao pé do ouvido do moribundo as “incelências”<sup>15</sup> (CASTRO, 1945, p. 334 - 335). O ofício do exortador era bem-vindo, pois ajudaria a abreviar as dores de uma morte lenta; ele encurtava o caminho entre o fiel e o mundo celeste.

Ocorrido o óbito, os presentes rezavam terços e oravam em torno do defunto. A prece era iniciada pelo exortador que dizia: “Repouso eterno dai-lhe Senhor”, ao que respondiam os presentes: “E a luz do perpétuo resplendor”. A casa era arrumada com panos e velas escuras de cera de carnaúba. O morto era banhado, seus cabelos e unhas cortados, a mortalha era posta enquanto o exortador exclamava: “fulano... recebe a tua mortalha, a tua última vestimenta”. (CASTRO, 1945, p. 336).

Além da recepção dos sacramentos, para se ter uma *boa morte* era necessário também uma mortalha. Segundo a lógica do bem morrer, a mortalha adequada poderia fazer com que o morto fosse resgatado do purgatório. Tanto para a religião cristã quanto para as de matriz africana o traje funerário era percebido como um passaporte, um código, um salvo conduto para integrar o morto ao “outro mundo”. O agonizante poderia por meio da escolha da mortalha e da recepção dos sacramentos se redimir dos pecados cometidos durante a vida.

---

<sup>13</sup> Segundo Almeida (1978), às vezes os exortadores entravam em confronto com a medicina acadêmica, citando uma notícia do jornal *A Epoque* nº 19, de 15 de março de 1856, narra o caso, ocorrido na Parahyba, de “certa mulher” que era especialista em “ajudar a morrer” e a “render a alma”. De vela em punho, possivelmente entoando cânticos, ela conseguiu o resultado esperado, a doente “já era com Deus”. Sabendo do caso “o médico” foi até o lugar, chegando a tempo de “reanimar” a defunta (ALMEIDA, 1978, p. 193-194). A edição do jornal *A Epoque*, citada por Almeida, não foi encontrada nos acervos consultados durante a elaboração da pesquisa.

<sup>14</sup> De acordo com o ideal da *boa morte* o óbito deveria ser “sem pressa, mas também sem lentidão, para que a cena das despedidas não fosse nem escamoteada, nem prolongada.” (ARIÈS, 2012, p. 267).

<sup>15</sup> Como um exemplo, Castro cita o seguinte: “Jesus... Jesus... Jesus, minha alma vossa é! Assim como as pedras se encontram, que dirá as criaturas” (CASTRO, 1945, p. 335 - 336).

O branco foi a cor a mais usada para mortalhas de escravizados durante boa parte do século XIX, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Salvador; e pode estar relacionado também a questões socioeconômicas, já que o tecido de algodão grosso era mais barato. Para a perspectiva cristã, o branco era associado ao sudário que envolveu o cadáver de Cristo e simbolizava “a alegria da vida eterna” (REIS, 1991, p.118). A cor branca também era vinculada à circularidade (vida-morte) para os iorubas, sendo a cor-símbolo do orixá Obatalá, senhor da criação e zelador da vida (RODRIGUES, 1997; REIS, 1991).

Já as crianças, menores de sete anos, morriam em “estado de inocência”, por isso não necessitavam expiar os pecados. A morte delas era espaço para a jubilação, pois estavam com a salvação garantida. Segundo as crenças populares, não cabia, por exemplo a tristeza e o choro, pois as lágrimas iriam “molhar as asas dos anjinhos”. O uso da cor branca entre os pequenos pode estar relacionado aos primeiros mártires da igreja católica. Além disso, o branco era a cor por excelência da inocência e da pureza virginal (VAILATI, 2010, p. 137 - 139).

Uma dessas crianças, amortalhadas em branco, foi Manoel, pardo de nove meses de idade, filho legítimo de Francisco José Alves e Maria de Jesus da Conceição. O pequeno morreu de espasmo, foi sepultado “no corredor” da capela de Santa Maria Magdalena, na povoação de Teixeira, em 29 de julho de 1855 (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito N° 1, 1855, p. 98).

Também no mesmo ano, em 04 de novembro, foi envolto em preto o cadáver do adulto, Antônio Marcelino, de idade de trinta e cinco anos, morreu de uma moléstia do peito. Ele era casado com Anna Honorata de Jesus. Foi enterrado “de grades abaixo” na matriz de Nossa Senhora das Mercês de Cuité, antes de falecer ele recebeu “todos os sacramentos” e foi encomendado pelo padre Manoel Jacome Bezerra Cavalcante (PNSM, freguesia de Cuité, Livro de Óbito N° 1, 1855, p. 95). A cor preta como mortalha, assim como o roxo era usado por adultos, especialmente mulheres casadas (RODRIGUES, 1997; VAILATI, 2010).

Além do branco, as crianças também eram vestidas com roupas de santos ou de cores. Era comum que as meninas fossem enterradas com a mortalha de Nossa Senhora da Conceição, já que era uma espécie de rito de fertilidade, “uma medida para que filhos futuros sobrevivessem” (REIS, 1991, p. 120). Supomos que ocorresse o mesmo com o uso da cor azul, que assim como a cor branca, está intimamente ligada a santa, que também era padroeira do Império. Portanto, a cor azul poderia estar associada à manutenção da linhagem; o “anjinho” falecido iria por meio da mortalha enviar uma mensagem direta dos pais da criança para a santa. Outra associação é com a virgindade da Imaculada Conceição, tanto é que era costume que o azul-celeste fosse a cor da esquife das moças solteiras e das crianças (DEBRET, 1839, p. 203).

Foi amortalhado com a cor azul o pequeno José, que morreu aos seis meses de idade, em 26 de março de 1854. Era filho legítimo de João Baptista e Antônia Pereira, moradores na freguesia de São José de Ingazeira, em Pernambuco. Foi sepultado de “grades abaixo” na capela da povoação do Teixeira que, na época, pertencia à freguesia de Patos (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito N° 1, 1854, p. 77).

A povoação da Serra do Teixeira possuía uma matriz dedicada a Santa Maria Magdalena, e a freguesia foi criada pela lei provincial n° 16 de 6 de Outubro de 1857 (ROHAN, 1911, p. 349). Foi elevada à categoria de vila em agosto de 1859, desmembrada do município de Patos. Localizada no sertão e distante 76 léguas da capital e a 2 léguas dos limites com Pernambuco, “está situada em uma grande e fértil chapada da serra da Borburema” (ROHAN, 1911, p. 348). Em 1860, a igreja matriz estava “em osso”; a construção estava parada por falta de dinheiro, a vila tinha um açude com o qual a província havia gastado mais de quatro contos de reis, a cadeia estava “muito arruinada, e precisa urgente de concertos” (SEIXAS, 1985, p. 78).

Em viagem pelo interior da Província, em 1860, o presidente Luiz Antônio da Silva Nunes<sup>16</sup> passou por Teixeira. Para ele, a vila possuía “belo clima, e durante o correr da noite faz algum frio”, e era uma das povoações “mais importantes do centro da província”, sendo muito povoada, mas “com edificação sofrível” (SEIXAS, 1985, p. 78). O que mais lhe chamou atenção foi a feira do lugar, realizada aos sábados, na qual compareciam “perto de três mil pessoas”. O movimento era grande e ali se encontrava “tudo quanto se procura”, inclusive “objetos de luxo e fantasia, roupa e calçados francezes”, o que em “vilas mais próximas não sucede” (SEIXAS, 1985, p. 78). Teixeira era um dos pontos pelos quais passava uma importante via de comunicação, que ligava a capital aos sertões da província (SOARES, 2012, p 172). Apesar do comércio efervescente e das estradas que passavam na vila, “foi um dos poucos municípios da Paraíba que não foi atingido pelo cólera-morbo em 1856” (MEDEIROS, 1950, p. 258).

No ano da epidemia, no dia primeiro de outubro, foi sepultada em Teixeira “no lugar destinado para cemitério”, a viúva Francisca Maria da Conceição, que faleceu vitimada por bexigas (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito N° 1, 1856, p. 101). Ao que tudo indica, apesar da povoação não ter sido atingida pela doença, um terreno foi reservado para cemitério,

---

<sup>16</sup> Luiz Antônio da Silva Nunes presidiu a Parahyba de abril de 1860 até março de 1861. Advogado, formado pela Faculdade de Direito do Recife. Presidiu também a Província da Bahia (1875 – 1877) e foi deputado geral pelo Espírito Santo, em várias legislaturas. Era natural do Rio Grande do Sul e foi casado com Joanna de Oliveira Tosta, filha do Marquês de Muritiba. Faleceu em 1911, aos 81 anos. (O PAIZ, 03/10/1911, p. 5; CORREIO PAULISTANO, 04/10/ 1911, p. 4).

e no local alguns corpos já estavam sendo sepultados. Porém, na mesma localidade, os enterramentos continuaram ocorrendo na igreja matriz. Em 27 de março de 1859, foi inumada na “Matriz da Serra do Teixeira”, de “grades abaixo” e envolta em branco, Maria Vicencia da Conceição; ela faleceu vitimada por uma “moléstia venérea”, era parda, casada, tinha 39 anos, e era natural dos Cariris Novos, na Província do Ceará (PSMM, freguesia de Teixeira, Livro de Óbito N° 1, 1859, p. 116).

Já na povoação de Pedra Lavrada, pertencente a freguesia de Cuité, naquele ano de 1859, no dia 28 de maio, foi sepultada no cemitério, a liberta Margarida Maria da Conceição. Ela tinha 82 anos e recebeu os sacramentos da penitência e da extrema unção, seu corpo foi amortalhado em branco (PNSM, freguesia de Cuité, Livro de Óbito N° 1, 1859, p. 111). Na freguesia, em 1856, faleceram 171 pessoas vitimadas pela epidemia, uma delas foi Valdino, que faleceu no dia 2 de abril, aos quatorze anos. Ele era filho legítimo de Alexandre José de Macedo. No registro de óbito não há menção a recepção dos sacramentos nem sobre a encomendação da alma. Seu corpo foi enterrado no “semiterio público d’esta Villa” de Cuité (PNSM, freguesia de Cuité, Livro de Óbito N° 1, 1856, p. 98 - 99).

A Vila de Cuité foi criada por meio da lei provincial n° 4 de 27 de maio de 1854, desmembrada do município de Bananeiras. Localizada a 20 léguas a oeste da cidade de Areia e a 47 léguas da capital, com aspecto montanhoso, muito fértil nos vales e nas margens dos rios (ALMANAK PARAHYBANO, 1899, p. 295). Em 1858, o principal edifício era a matriz, “pequena e muito arruinada”, e o cemitério. Não possuía prédio próprio nem para a câmara de vereadores nem para a cadeia, servindo para tal função casas alugadas. O município possuía, além da Vila, as povoações de Picuhi, Conceição, Santa Rosa e Pedra Lavrada (ROHAN, 1911, p. 337 -339).

Em meados do século XIX, a população se abastecia de uma fonte, cuja água era considerada de excelente qualidade (MEDEIROS, 1950, p. 86 – 87). Em 1858, havia oito cemitérios na freguesia, o da vila estava quase concluído, faltando aproximadamente um conto de reis para o término da obra. Os campos santos das povoações de Picuhi e Conceição foram construídos à custa dos moradores e estavam apenas “cerrados” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 25 - 26).

Até a década de 1850, o lugar dos mortos era as igrejas e o terreno em volta delas. Portanto, nas missas de domingo, nos casamentos, nos batizados, nas eleições e em vários outros momentos cívicos e religiosos, os mortos estavam fisicamente presentes. A morte, o morrer e os corpos dos mortos estavam intimamente ligados à vida cotidiana; era impossível se separar deles (RODRIGUES, 1997, p. 21). Havia uma geografia da morte dentro das igrejas

que refletia a segmentação social (REIS, 1991, p. 176). No adro, local em volta da igreja, geralmente os pobres e escravizados eram enterrados. Dentro da igreja, o lugar de sepultamento mais prestigiado era “das grades para dentro” ou “grades acima”, ou seja, aos pés do altar principal.

Porém, a epidemia do cólera e o medo da contaminação por meio dos cadáveres transformou a relação que aquela sociedade tinha com a morte e com os corpos dos mortos. Em Pilar, por exemplo, as pessoas ricas do lugar, “possuídas de terror, pensarão livrar-se do mal abandonando a Villa”. Dentre os fugitivos estava o único médico que havia na povoação. Eles deixaram para trás, na rua principal da povoação, 26 corpos insepultos “em completa putrefacção”, mas nem por isso Pilar estava deserta, “os pobres e os menos abastados não abandonaram” suas casas (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856, p. 8 - 25).

Pilar estava localizada em uma planície às margens do rio Paraíba, distante 12 léguas da capital. Nos anos 1850, os principais edifícios de Pilar eram a casa de Câmara e a Matriz; já a cadeia era uma pequena casa de pau-a-pique, “nem segura, nem salubre”. Seus habitantes bebiam água do rio que no tempo das secas apresentava apenas pequenos poços. A região possuía pelo menos 22 engenhos de cana-de-açúcar. A produção de açucareira trouxe grande prestígio para Pilar, em virtude dos engenhos distribuídos pelas várzeas do território (ROHAN, 1911, p. 321 - 324).

Na freguesia do Pilar mais de 2.000 pessoas faleceram do cólera-morbo. Uma delas foi Joaquina Maria da Conceição, de vinte e sete anos, casada. Não se sabe ao certo a data em que ela morreu, já que seu corpo foi achado em avançado estado de putrefacção em uma residência. Ela era moradora no povoado de Canafístula e, junto com o marido, viajou para Pilar na “ocasião da Epidemia”, onde veio a óbito. Provavelmente Joaquim José de Mendonça, seu esposo, faleceu e ela ficou sozinha, acabou adoecendo e morreu sem ter alguém ao seu lado. Ela não recebeu os sacramentos, nem foi amortalhada. Em vez de ser sepultado, o cadáver de Joaquina Maria foi cremado “onde se achava” (PNSP, freguesia do Pilar, Livro de Óbito Nº 1, 1856, p. 37).

Em São João do Cariri, uma das mais de mil pessoas que faleceram vitimadas pela doença foi Antônio Guilherme da Silva, pardo com idade de 50 anos. Ele era casado com Isabel Maria de Jesus. Morreu em 6 de janeiro de 1856 e, não recebeu os sacramentos “por não puderem”. Foi encomendado pelo vigário José de Souza Magalhães e sepultado em hábito branco no cemitério do Mina (PNSM, freguesia de São João do Cariri, Livro de Óbito Nº 2, 1854, p. 67).

Tanto Joaquina Maria quanto Antônio Guilherme, tiveram uma *má morte*. Seus falecimentos foram acompanhados de horríveis dores e de uma lenta agonia, não tiveram tempo para a recepção dos sacramentos e para a escolha da mortalha. No caso de Joaquina Maria, ela

não teve também uma sepultura, nem um cortejo. Ambos não tiveram tempo de externar suas últimas vontades e de se arrepender dos pecados. Portanto, corriam sérios riscos de virarem alma penadas ou de sofrerem as duras penalidades da condenação eterna.

Em tempos de peste, frequentemente os moribundos eram abandonados, e seus corpos eram empilhados e queimados, ou atirados sem cerimônias em covas coletivas, transgredindo assim, alguns rituais fúnebres próprios de uma *boa morte*. A *má morte* era predominante, com dezenas de pessoas morrendo todos os dias, e não havia tempo para os cuidados e os preparos prescritos pelo cristianismo. Os sinais da *má morte* eram: morrer sozinho, morrer longe dos familiares, de maneira inesperada, morrer em viagem, morrer em naufrágio, morrer afogado, em um acidente, por condenação de um crime, suicídio, vítima de assassinato ou no parto. Segundo as crenças populares essas almas virariam fantasmas, podendo atormentar os vivos, e geralmente apareciam em sonhos para suplicar preces a fim de sanar seus tormentos no além (REIS, 1991; SCHMITT, 1999; DELUMEAU, 2009; LE GOFF, 2014).

Como foi possível analisar, o contexto da epidemia do *cholera-morbus* (1855/1856) desencadeou a construção de cemitérios extramuros em algumas das localidades mais atingidas pela doença. Para muitos defuntos, os rituais fúnebres recomendados pelo catolicismo não foram seguidos durante a crise epidêmica, como por exemplo a recepção dos sacramentos, a encomendação do corpo e o sepultamento em local sagrado. Das freguesias analisadas, Pilar e São João do Cariri, que eram banhadas pelo principal rio da província, ou de algum dos seus afluentes, foram mais impactadas pela enfermidade. Por sua vez, as povoações de Teixeira e Cuité, cuja população consumia as águas das fontes e nascentes de rios, tiveram um quantitativo de óbitos relativamente menor. A localidade menos atingida, Teixeira, só teve o seu cemitério inaugurado oficialmente em 1865, após a segunda epidemia da doença, chamada “colerina” (1862), enquanto nas outras povoações analisadas (Cuité, Pilar e São João do Cariri) a construção dos campos santos se deu ainda no final da década de 1850, durante ou imediatamente após o primeiro surto da epidemia.

## Fontes

### Relatórios

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858. Disponível em: <https://bit.ly/31XFZAh>.

PARAHYBA DO NORTE, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da

Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da província, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Disponível em: <https://bit.ly/31XFZAh>.  
PARAHYBA DO NORTE, Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da Província o doutor Antônio da Costa Pinto Silva, em 5 de Agosto de 1856. Disponível em: <https://bit.ly/31XFZAh>.

### Livros de Óbito

PNSM, Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, Livro de registros de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora das Mercês de Cuité, 1843 – 1881, N°1, disponível em: [familysearch.org](http://familysearch.org)  
PNSM, Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, Livro de registros de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, 1853-1874. N°2, disponível em: [familysearch.org](http://familysearch.org)  
PNSP, Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, Livro de registros de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, 1850 – 1867, S/N, disponível em: [familysearch.org](http://familysearch.org)  
PSMM, Paróquia de Santa Maria Madalena, Livro de registros de Óbito da Freguesia de Santa Maria Madalena do Teixeira, 1842 – 1867, N°1, disponível em: [familysearch.org](http://familysearch.org)

### Bibliografia

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: Representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.  
ALMEIDA, Horácio. *História da Paraíba*. Vol. II, João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978 [1966].  
ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Edição Especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.  
CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantemente de sua evolução*. João Pessoa: A União, 1945.  
CAVALCANTE, Eduardo Queiroz. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.  
DELUMEAU, Jean; MACHADO, Maria Lucia. *História do medo no ocidente 1300- 1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.  
DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Medicinas e curandeirismo no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2011.  
GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. v. 12, n. 2, p. 501-514. 2005.  
LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do Corpo na Idade Média*. Tradução Marcos Flamínio Peres - 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.  
MEDEIROS, Coriolano. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba: Segunda Edição*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950 [1914].  
PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. v.1. João Pessoa: Universitária, 1977 [1911].  
REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DOSSIÊ CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS & VARIA

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro: Divisão editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROHAN, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. *Chrographia da província da Parahyba do Norte*. Revista do IHGP, n°3, p. 165-348, 1911 [1860].

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Viagem através da Província da Paraíba*. Estado da Paraíba, Secretaria da Educação, 1985.

VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). In: *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). 2010. p. 360-360.